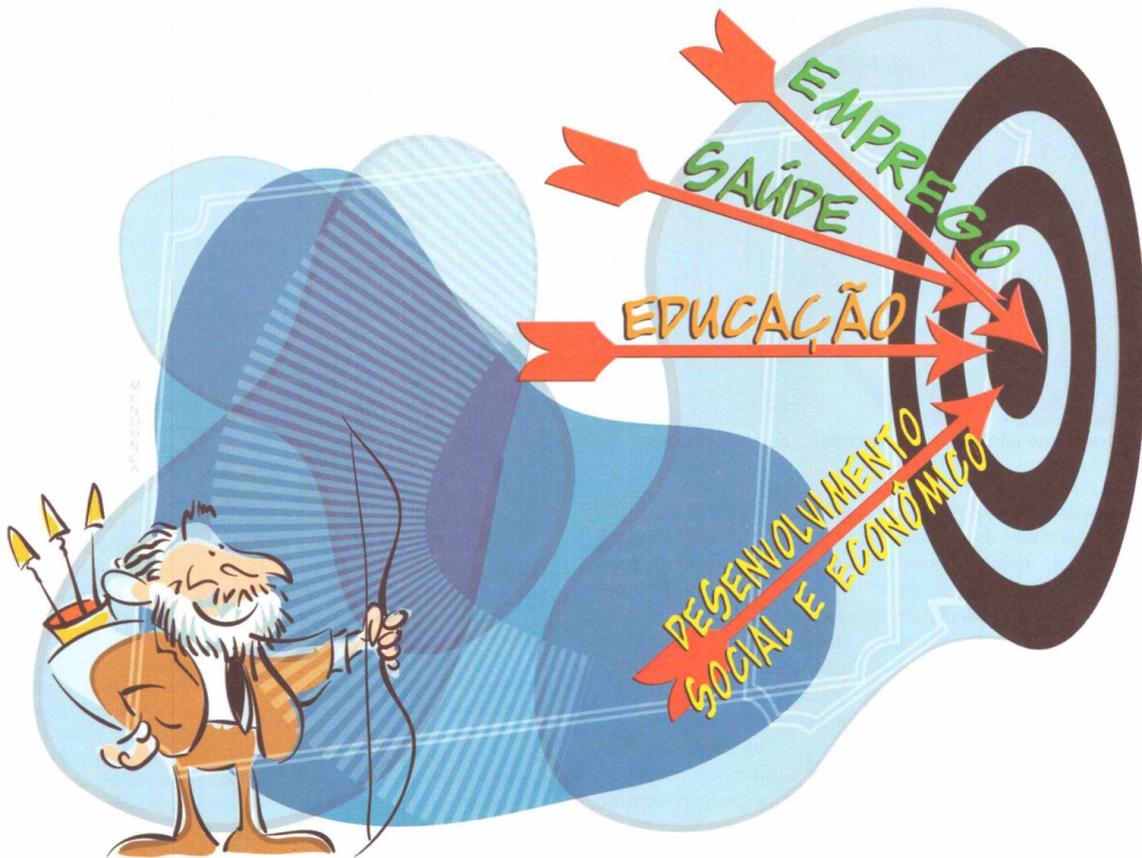


Governo inicia ofensiva rumo ao desenvolvimento sustentável



O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva acelerou, nos primeiros meses deste ano, os compromissos de uma agenda que levará a um novo projeto de desenvolvimento para o país. Construídas, em 2003, as bases para o crescimento econômico — com o controle da inflação e a estabilidade da economia —, Lula e seus ministros vêm anunciando ações concretas de grande alcance que visam ao desenvolvimento econômico e social, com criação de empregos e distribuição de renda. O próprio Orçamento de 2004 aponta para a priorização das necessidades da população ao incrementar os recursos nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento social. Como parte desta agenda, foram anunciadas, neste mês, medidas inovadoras de incentivo à construção civil, habitação e saneamento, que poderão gerar 1,4 milhão de novos empregos. Além disso, o governo anunciou ações de estímulo ao setor produtivo, que obedecem às novas diretrizes para uma política industrial capaz de impulsionar o crescimento. Lula lançou, ainda, o programa “Cresce Nordeste”, que destinará R\$ 3 bilhões a empresas da região, possibilitando a criação de quase 1 milhão de novas vagas. Abaixo, um resumo das principais ações.

Investimento impulsiona construção

O setor da construção civil ganhará novo impulso com o conjunto de medidas de incentivo ao segmento, anunciado no início de março pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O investimento deve chegar a R\$ 1,6 bilhão até o fim de 2004. As medidas estão contempladas no projeto de lei encaminhado pelo governo à Câmara dos Deputados e fazem parte de uma série de incentivos que o governo está anunciando para a retomada do crescimento econômico.

A intenção, segundo Lula, é aumentar a oferta de financiamento oferecido pelos bancos. O projeto prevê, ainda, investimentos no setor de habitação e saneamento.

De acordo com o presidente, as novas regras vão permitir a geração de 1,4 milhão de empregos este ano. “Nosso objetivo é fazer com que os bancos aumentem o crédito habitacional”, ressaltou Lula, durante o anúncio do plano. O presidente lembrou que um dos motivos do governo para priorizar a construção civil foi a capacidade do setor em gerar empregos.

“Além de gerar empregos imediatamente, as medidas são fundamentais para dimi-



Medidas devem gerar até 1,4 milhão de novos empregos

nuir o déficit habitacional no país, que hoje chega a seis milhões de moradias”, ressaltou a deputada Terezinha Fernandes (PT-MA), titular da Comissão de Desenvolvimento Urbano. De acordo com a petista, 80% desse déficit são de famílias que recebem até cinco salários mínimos.

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, explicou que o projeto não é emergencial e foi “planejado” devido à retração sofrida pelo setor da construção civil de 8,6% no ano passado. Palocci afirmou que,

em 1990, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) financiou 400 mil moradias e, em 2002, esse número caiu para 160 mil.

O projeto inclui mudanças nas regras que regem os contratos de financiamento e compra de imóveis, para aumentar a segurança jurídica dos negócios, e evitar “um novo caso Encol” no país, segundo Lula.

Mais empregos

De acordo com a assessoria da Casa Civil, estudos

feitos nos últimos meses mostraram uma queda drástica na construção civil que, diferente dos demais setores, não sofre apenas o reflexo da situação econômica do país, mas um problema estrutural.

O Ministério da Fazenda divulgou nota baseada em dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), na qual informa que para cada R\$ 1 milhão investido na construção civil são gerados 65 empregos diretos, indiretos e induzidos.

Segundo o presidente da Câmara Brasileira da Construção Civil, Paulo Safady, as medidas do governo para estimular o setor devem gerar, aproximadamente, 234 mil novos empregos.

O vice-líder do governo na Câmara, Professor Luizinho (PT-SP), acredita que não haverá resistências à proposta na Câmara. “Não acredito que a oposição irá obstruir as votações, pelo contrário, é muito provável que votemos com consenso”.

O líder do PT na Câmara, Arlindo Chinaglia (SP), disse que cada partido vai procurar aperfeiçoar o projeto na Câmara. Chinaglia acredita que o resultado da proposta será a redução de juros e o barateamento das construções.

Setor produtivo ganha fôlego

Como parte de sua nova política industrial, o governo federal anunciou, no dia 11 de março, uma série de medidas para incentivar a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a modernização do parque industrial brasileiro. O objetivo é promover a retomada do desenvolvimento com base num crescimento sustentável.

As medidas foram apresentadas pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) depois de terem sido debatidas com a sociedade civil. O governo pretende anunciar ao longo dos próximos meses novas iniciativas para estimular o desenvolvimento industrial.

Uma das primeiras medidas anunciadas foi o lançamento do Modermaq, um plano que prevê incentivo à compra de máquinas e equipamentos para dinamizar a indústria — especialmente as de pequeno e médio porte. O go-

verno está implantando também o Programa de Extensão Industrial Exportadora, sistema de resolução de problemas técnico-gerenciais para ampliar o número de empresas com padrão internacional de competitividade e disseminar a cultura exportadora.

O ministro apresentou ainda a proposta de criação de uma agência pública, ligada ao ministério, que irá executar e articular ações e estratégias da política industrial por meio do apoio ao desenvolvimento do processo de inovação e do fomento à competitividade do setor produtivo.

Até o dia 31 de março, novas medidas serão anunciadas. “Este é um compromisso que está sendo levado a ferro e fogo pela Câmara de Política Econômica do governo”, afirmou Furlan. A formulação da política industrial está sendo desenvolvida pelos ministérios do Desenvolvimento, Planejamento, Fazenda, Ciência e Tecnologia e Casa Civil.

Microempresas terão crédito

Entre as ações de incentivo ao aquecimento do mercado interno, o governo federal lançou, neste mês, uma linha de crédito específica para microempresas, com recursos do Banco do Brasil e do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Para aderir ao financiamento, a empresa deve ter ao menos um ano de atividade e faturamento bruto anual de até

R\$ 500 mil. Os empréstimos podem variar de R\$ 500 a R\$ 5.000.

A estimativa é que 372 mil microempresas sejam beneficiadas com os R\$ 200 milhões disponibilizados pelo programa, sendo que a meta para dezembro é de 80 mil estabelecimentos atendidos. As microempresas são uma das principais fontes de geração de emprego no Brasil.

Medidas contemplam habitação

O governo federal anunciou, na primeira quinzena deste mês, proposta que estabelece alterações no redirecionamento dos recursos da caderneta de poupança para o sistema de financiamento da casa própria. As medidas, a serem aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, podem gerar um fluxo adicional de R\$ 1,6 bilhão em créditos

imobiliários em 2004. A proposta, contemplada no projeto de lei encaminhado pelo Executivo à Câmara Federal, tem o intuito de estimular o fluxo de crédito privado ao setor de habitação.

Os créditos para financiamento imobiliário, que eram deduzidos num ritmo de 1% ao mês, deverão ser acelerados, passando, segundo o presiden-

te Luiz Inácio Lula da Silva, para 2% ao mês. As mudanças também devem garantir mais segurança jurídica a quem financia e a quem compra imóveis, sobretudo na planta. “Nosso objetivo é fazer com que os bancos aumentem o crédito habitacional”, ressaltou o presidente.

Lula enfatizou ainda que o projeto vai evitar situações

inesperadas, como a falência de incorporadoras. “Em caso de falência da empresa, os próprios mutuários poderão continuar o empreendimento.”

Outra medida destaca que os empreendimentos passem a destinar 7% de sua receita bruta ao pagamento de impostos, como PIS, Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

ENTREVISTA

Patrus acredita em “virada histórica” contra fome

O ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, acredita que haverá uma “grande virada histórica” para eliminar a fome no Brasil. Para isso, defende uma ação integrada entre os diversos âmbitos de governo e a sociedade civil organizada.

Segundo o ministro, o aumento dos recursos destinados à área social no Orçamento de 2004 demonstra a prioridade do governo federal para o setor, mas o ministro ressalta que boa parte de seu orçamento é vinculada — ou pelos benefícios continuados ou pelas políticas de transferência de renda. “Sei que administrar é administrar a escassez. Portanto, temos que estabelecer prioridades e buscar parcerias para sempre maximizar recursos. E também trabalhar com criatividade”, destacou. Leia a íntegra da entrevista.

Concluídas as bases para o crescimento econômico com distribuição de renda, o sr. acredita que este será o ano da inclusão social?

Eu penso que nós poderemos, sim, dar uma grande virada histórica no Brasil e eliminar definitivamente esse quadro histórico de fome. Para isso, é fundamental buscar uma ação integrada, boas parcerias entre o governo federal, os governos estaduais e municipais e uma grande participação da sociedade, da iniciativa privada, dos empresários comprometidos com o projeto nacional, igrejas, movimentos sociais, pastores, ONGs, universidades, centros de pesquisa. É um desafio, mas um desafio perfeitamente possível de ser vencido.

Apesar de grande parte dos recursos que seu ministério recebe estar vinculada, o Orçamento da União para 2004 destinou 25% a mais do que em 2003 para a área de desenvolvimento social. Este Orçamento é suficiente para os projetos que deseja ampliar ou, ainda, implantar?

O aumento do Orçamento mostra a priorização do governo na área social, mas este é um desafio permanente. A maioria dos nossos recursos é realmente vinculada, ou pelos benefícios continuados ou pelas políticas de transferência de renda. Fui prefeito de uma grande cidade [Belo Horizonte] e sei que administrar é administrar a escassez. Portanto, temos que estabelecer prioridades e buscar parcerias para sempre maximizar recursos. E também trabalhar com criatividade. É importante lem-



Patrus irá expandir as ações de segurança alimentar aos grandes centros urbanos

brar que o dinheiro é importante, mas não é tudo. A idéia é buscarmos a saída de todos os jeitos. Em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome conta com cerca de R\$ 13 bilhões para o combate à fome e à exclusão social. Boa parte desses recursos faz parte dos benefícios continuados ou das transferências de renda do governo federal, das quais 58,93% vão para o Nordeste. O Bolsa Família, que unificou todos os programas anteriores (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás), repassa benefícios cujo valor médio é de R\$ 72,80, cerca de três vezes mais do que os valores dos programas antigos (R\$ 24), para famílias de renda per capita abaixo de R\$ 100.

Quais são suas metas para este e para os próximos anos?

Em 2004, vamos priorizar a expansão de ações de segurança alimentar e de transferência de renda para os grandes centros urbanos. O combate à fome, além de sua implantação no interior do país, será expandido para as grandes cidades de maneira que assegure o alimento mais barato na mesa dos mais pobres. Vamos trabalhar na construção de restaurantes populares, bancos de alimentos, hortas comunitárias. Criar sistemas de abastecimento que eliminem a figura do atravessador. Por determinação do presidente da República vamos incorporar ao Bolsa Família mais 901 mil famílias até o final de julho, nas capitais e regiões metropolitanas, totalizando 4,5 milhões de famílias atendidas. Além disso, vamos garantir o pagamento dos chamados be-

nefícios continuados previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, inclusive com a ampliação a partir do Estatuto do Idoso. Estamos revisando os programas da assistência social neste primeiro momento, mas já decidimos ampliar o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) para mais 100 mil crianças.

Como o sr. avalia o desempenho do programa Fome Zero, considerado o maior projeto social do país durante o início da gestão Lula? Houve lentidão na sua implantação, como dizem alguns dos críticos do programa?

Não cabe a mim julgar. Encontrei nos ministérios anteriores programas importantes que nós vamos manter e, se possível, consolidar e ampliar. Considero o trabalho feito pelo ex-ministro José Graziano, que é uma pessoa por quem eu tenho a maior admiração, respeito e estima. O primeiro ano de governo é o mais difícil. Mas houve um grande avanço em 2003 e os ministros que me antecederam certamente fizeram um trabalho de base. Tenho consciência de que não partimos do zero e estamos dando continuidade a importantes programas que foram iniciados pelos meus antecessores.

O sr. apontou para a necessidade de engajamento e mobilização para o êxito do Fome Zero. Qual o retorno que o senhor já obteve no que tange a parcerias? Como o governo trabalha no intuito de incentivar parcerias com a sociedade?

Eu vejo um espaço importante de parceria com todos os setores, governamentais e não-governamentais. Nós te-

mos várias possibilidades. O nosso programa de construção de cisternas, no semi-árido nordestino, tem sido feito em parceria com uma grande ONG, que agrega outras organizações como a ASA (Articulação do Semi-árido), mas também com a Febraban (Federação Brasileira dos Bancos). Com esses parceiros, ampliamos a meta de construção de cisternas para 50 mil unidades, em 2004. Temos outras parcerias com empresas que estão construindo restaurantes populares ou comunitários, que estão participando em campanhas de doação de alimentos e construção de bancos de alimentos, hortas e cozinhas comunitárias. Estamos fazendo um levantamento de todas as boas iniciativas governamentais e não-governamentais no Brasil.

Desde sua entrada no ministério, o que o sr. pode destacar como avanços nos outros campos do desenvolvimento social?

Nosso primeiro passo está sendo montar um programa com cenários diferenciados, considerando também as diferenças regionais e sociais do Brasil. Mas vamos montar uma proposta trabalhando essas idéias: restaurantes populares, cozinhas comunitárias, políticas que possibilitem a relação direta entre produtores rurais, especialmente os pequenos e médios, organizados em sindicatos e cooperativas. Venda direta desses produtos aos consumidores, sobretudo de baixa renda, tirando os atravessadores, políticas de implementação de armazéns populares ou sacolões. O que nós queremos é que eles atendam, sobretudo, as populações mais empobrecidas.

OPINIÃO

Moralidade pública e reforma política

José Genoio*

No debate ético-político atual, aguçado pelo caso Waldomiro Diniz, observa-se que há um certo viés moralista abstrato na abordagem que se faz sobre o governo e o PT, em prejuízo da focalização das verdadeiras causas que produzem sucessivas crises políticas como decorrência de práticas públicas condenáveis. A rigor, de forma mais ou menos intensa, observa-se que, após a redemocratização do país, todos os governos foram atingidos por crises vinculadas a práticas públicas ilícitas ou a atos de corrupção propriamente ditos. Esta recorrência projeta a necessidade de se proceder a uma reflexão mais profunda sobre as causas dessas crises. Analisar a natureza das instituições políticas parece ser um bom caminho para perscrutar as razões das crises e possíveis soluções. Registre-se que as formulações da filósofa Marilena Chauí têm contribuído para firmar esse entendimento.

No processo de construção do Estado moderno e das democracias modernas se consolidou a compreensão de que a boa política e até mesmo o bom governo dependem da natureza das instituições. Maquiavel descobriu essa equação ainda na origem da era moderna. Os federalistas norte-americanos, ao lançarem os sólidos fundamentos da Constituição dos Estados Unidos, também seguiram por esse caminho. O pressuposto básico dessa equação consiste na idéia de que as instituições públicas devem bloquear os potenciais destrutivos da natureza humana. O legislador, dizia Maquiavel, deve pressupor que todos os homens são pífidos, mesmo que na vida prática não o sejam. É essa consideração que faz emergir boas leis e sólidas instituições.

Todo o sistema de equilíbrios, freios e contrapesos que caracterizam os bons arranjos democrático-republicanos do poder se baseiam nessa equação. Em suma, o poder deve ser capaz de controlar o poder, como sentenciavam os federalistas.

Podem ser descobertas várias deficiências e lacunas se as instituições políticas brasileiras forem analisadas a partir do enfoque axiomático resumido acima. Nem sequer existe um bom sistema de equilíbrios, freios e contrapesos entre os três ramos centrais do poder: Executivo, Legislativo e Judiciário. Só nesse aspecto temos um foco incubador de várias crises. As crises que espolaram sobre os últimos governos, no entanto, têm seu foco num nível inferior de instituições e leis. Resultam das imperfeições e permissividades que se estruturam nos sistemas eleitoral e partidário.

O modelo privado de financiamento de campanhas faz com que se alastrem a partir dele os longos tentáculos da corrupção. É a partir dele que se estabelecem relações perigosas entre grupos de interesses e futuros políticos. Por mais

aceitáveis e necessárias que sejam as cruzadas moralistas, o mal da corrupção da política brasileira não será remediado se não se atacar a sua causa. Claro que uma legislação penal mais dura contra as práticas de corrupção também vem a calhar.

Além de instituir o financiamento público das campanhas, deve-se buscar um modelo de eleições que as torne mais baratas. Os altos custos de produção de programas de TV para o horário eleitoral gratuito são um desafio sobre o qual se devem debruçar políticos e especialistas. Não se pode instituir o financiamento público das campanhas a partir de uma lógica que projeta a necessidade de um aporte de recursos públicos crescentes para financiar o alto custo das campanhas. O financiamento público deve estar articulado com um sistema mais complexo de medidas de reforma política, com o objetivo de simplificar o sistema eleitoral e tornar as eleições mais econômicas.

A reforma dos sistemas eleitoral e partidário deve buscar ainda outros escopos. Um deles consiste em diminuir o custo da governabilidade. Ou seja, os últimos presidentes eleitos não conseguiram agregar maiorias parlamentares no processo eleitoral. Essas maiorias são construídas a posteriori, implicando a inflação do mercado de apoios políticos no Congresso e uma descaracterização programática dos governos. Buscar um sistema eleitoral e partidário mais racional, que seja propiciador de maiorias e minorias parlamentares definidas, já no processo das eleições, é algo que tornará os governos mais fortes e menos dependentes das injunções das práticas fisiológicas. A fidelidade partidária deve-se encaixar no contexto da reforma política e eleitoral mais ampla. Um dos aspectos que estimula a infidelidade partidária é exatamente esse jogo das coalizões a posteriori. Ele faz com que uma gama de parlamentares opositoristas migre para a base governista.

É preciso observar que não serão cobranças ou juízos moralistas abstratos que estancarão essas sangrias. Nem serão os reclamos de coerência dos partidos, como os que são feitos agora ao PT, que serão capazes de introduzir uma racionalidade efetiva no comportamento dos políticos e das agremiações partidárias. Somente uma reforma política séria e profunda será capaz de abrir perspectivas para melhorar, a um só tempo, o sistema eleitoral e partidário e o desempenho dos governos. Na oposição, o PT insistiu por mais de uma década na necessidade da reforma política. No governo, já deu passos significativos para que ela seja aprovada, no máximo, até 2005. A pressão da sociedade e da opinião pública sobre o governo e o Congresso, certamente, seria um fator a mais a contribuir para sua aprovação.

* Presidente nacional do PT

PT NOTÍCIAS **CUPOM DE assinatura**

Assine o PT Notícias e fique sabendo tudo o que acontece com o nosso partido e com o governo Lula. Quinzenalmente, o PT Notícias chega à sua casa, para deixar você por dentro do que é importante. Basta preencher este cupom, escolhendo a melhor forma de pagar.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.
 2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)
 3) Cobrança bancária.
 4) Cartão de crédito:
 Visa Mastercard Diners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PT Notícias

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____ Tel _____
 CEP _____ Cidade _____
 Estado _____ CPF _____
 E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino
 Filiação ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
 Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana
 CEP 04117-091 - São Paulo - SP
 Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT José Genoio	DIAGRAMAÇÃO Sandra Luiz Alves
SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Sílvio Pereira (interino)	ILUSTRAÇÃO Vicente Mendonça
EDIÇÃO Priscila Lambert - MTB 31085 (interina)	SEDE Rua Silveira Martins, 132 São Paulo, SP CEP 01019-000 Tel.: (11) 3243-1313 Fax: (11) 3243-1349 E-mail: ptnot@pt.org.br
REDAÇÃO Claudio Cezar Xavier, Vladimir Braga e Walter Venturini	Página na internet: www.pt.org.br
ASSESSOR ADMINISTRATIVO Rodrigo Zamprogna	Tiragem: 12.000 exemplares Fotolitos e impressão: Gráfica King
APOIO ADMINISTRATIVO Rafaela Soares	

GOVERNO

Orçamento 2004 prioriza social

AUMENTO DE RECURSOS PARA A ÁREA SOCIAL É DE 25%, TOTALIZANDO R\$ 40 BILHÕES

O Orçamento Geral da União para este ano prevê aumento de investimentos em todas as áreas, principalmente as prioritárias como saúde, educação e desenvolvimento social. Dos R\$ 66 bilhões previstos na Lei Orçamentária 2004 para despesas discricionárias (excetuando as despesas obrigatórias), aprovada pelo Congresso Nacional, R\$ 60,8 bilhões já estão disponíveis e representam um aumento de 20% no valor gasto com custeio e investimentos dos órgãos da administração pública no ano passado.

O principal objetivo deste orçamento é fomentar o crescimento esperado do PIB (Produto Interno Bruto) e enfrentar as questões sociais. O investimento direto — sem considerar custeio — quase dobra este ano (R\$ 9,26 bilhões), se comparado aos R\$ 6,5 bilhões gastos em 2003.

Considerando o orçamento composto por investimento e custeio, o aumento previsto para a área social (saúde, educação e desenvolvimento social) é de 25%, totalizando R\$ 40,4 bilhões. Só na área da saúde, o aumento foi de 24%, passando de R\$ 23,3 bilhões para R\$ 29 bilhões.



Crianças do Núcleo Bandeirante, em Brasília, tomam leite na merenda escolar

Também chamam a atenção os números das pastas de Minas e Energia e Trabalho e Emprego. A primeira terá, neste ano, um orçamento 30% maior que em 2003 (de R\$ 330 milhões para 431 milhões), fato que corresponde às intenções do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de incrementar a infra-estrutura para possibilitar os investimentos no país e o conseqüente crescimento econômico.

Na pasta do Trabalho e Emprego, o orçamento cresceu 20% (de R\$ 542,7 milhões para R\$ 650,3 milhões), demonstrando também a priorização no combate ao desemprego.

Aprovado x disponibilizado

O montante de R\$ 6 bilhões do Orçamento da União que ainda não está disponível poderá ser liberado ao longo do ano, à medida em que as receitas forem confirmadas.

A diferença entre o valor aprovado pelo Congresso e o disponibilizado pelo governo federal corresponde à diferença na base de cálculo do Poder Executivo, que considerou um crescimento de 3,5% do PIB em 2004, e do Legislativo, que trabalhou com um crescimento de 4% do PIB.

Caso a previsão do Congresso venha a se confirmar, o valor retido terá o destino previsto no Orçamento auto-

rizado pelo Poder Legislativo. Até o momento, 98,21% do Orçamento aprovado pelo Congresso está liberado. O Congresso analisou o projeto enviado pelo Executivo e produziu um Orçamento coerente com as dotações orçamentárias. Se em 2003 as emendas parlamentares somaram R\$ 12 bilhões, este ano elas representam R\$ 6 bilhões do Orçamento, dos quais R\$ 1,5 bilhão será liberado imediatamente. Do total retido, R\$ 3 bilhões correspondem a emendas parlamentares e R\$ 3 bilhões a custeio. Se as previsões se concretizarem, os R\$ 3 bilhões poupados com custeio irão para investimentos.

Dotação trará mais tranquilidade, diz Costa

O Ministro da Saúde, Humberto Costa, afirma que o Orçamento de 2004 dará “mais tranquilidade” ao setor neste ano. Leia abaixo trecho da entrevista concedida ao PT Notícias.

O que será possível melhorar com os recursos destinados à pasta neste ano?

Esse aumento foi fundamental e dará mais tranquilidade para o setor em 2004. Isso vai permitir ampliar os valores destinados para as ações de prevenção, promoção e recuperação à saúde, desde a atenção básica, até as áreas de média e alta complexidade.

O que o ministério está fazendo para auxiliar as prefeituras na tarefa de melhorar o atendimento à saúde nos municípios?

Nossa proposta é reforçar a descentralização, numa gestão compartilhada entre União, Estados e municípios assumindo verdadeiramente seus papéis. Queremos dar as condições para que os municípios atuem cada vez mais de forma autônoma, assumindo a execução das ações e gerenciando os recursos. Para tanto, o governo federal vem ampliando gradativamente os repasses

destinados aos Estados e municípios. Os tetos financeiros estaduais para as ações de atenção básica, média e alta complexidade, por exemplo, passaram de R\$ 16,68 bilhões, em 2002, para R\$ 18,92 bilhões, em 2003. O número de equipes do programa Saúde da Família saltou 14,87%, o que permitiu a inclusão de mais 7,7 milhões de pessoas no programa. Vamos cobrar resultados e o cumprimento das metas por parte dos Estados e municípios. Assim, receberá mais quem demonstrar melhor atendimento à população e uma boa gestão do dinheiro.

Quais as outras prioridades de sua pasta para este ano?

Vamos continuar a ampliar a rede SUS, com o aumento dos leitos de UTI, a implementação dos serviços móveis de urgência e a expansão do programa Saúde da Família. Vamos colocar outras questões em pauta, como as farmácias populares e a nova política de saúde bucal. Também será lançado o Programa Qualisus de melhoria da qualidade do atendimento no SUS, estimulando a humanização no atendimento às urgências ou nos hospitais.

SOCIEDADE CIVIL

Movimentos sociais querem mais avanços

Todos admitem: o governo promoveu uma mudança política histórica para os movimentos sociais. Mas, na avaliação de alguns representantes dos principais movimentos, ainda há muito por avançar, especialmente em demandas específicas e urgentes, como geração de empregos e reforma agrária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sentiu um impacto positivo da mudança de postura na relação entre governo e movimento social. “A maior mudança foi a alteração de um longo ciclo de criminalização do movimento. Até então, o MST era a nona prioridade de combate da Polícia Federal, acima do narcotráfico, por exemplo”, diz o coordenador nacional do movimento, Gilmar Mauro. Instâncias de diálogo com o governo foram criadas e o acesso direto ao presidente se tornou algo viável para os movimentos. “O país saiu de um longo período de diálogo a portas fechadas com setores da sociedade escolhidos a dedo para uma relação mais democrática com o Estado”, avalia o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho.

No entanto, a percepção dos movimentos sociais neste início de 2004 é a de que, embora o governo sinalize positivamente às suas reivindicações, há entraves burocráticos que precisam ser derrubados para que as iniciativas governamentais deslanchem.

Soluções imediatas

Marinho diz que a CUT prepara um pacote de propostas para apresentar ao presidente Lula em audiência solicitada para o final de março.

Segundo o sindicalista, o único meio de reduzir os índices de desemprego a curto prazo é a contratação emergencial de grandes contingentes de desempregados para frentes de trabalho urbano.

Marinho avalia que as iniciativas do governo são positivas — como o incentivo à construção civil e a abertura de novas linhas de crédito para micro e pequenas empresas —, mas, segundo ele, os resultados dessas ações poderiam ficar comprometidos com a manutenção das altas taxas de juros.

Para o MST, soluções imediatas implicam na melhoria técnica das regionais do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e medidas de desburocratização do processo de reforma agrária. Gilmar acredita que a contratação anunciada de 360 servidores por meio de concurso é insuficiente para cobrir a defasagem do Incra.

Na avaliação do movimento, as metas do governo de assentar 115 mil famílias ao ano — um total de 530 mil até o final do governo Lula — são um avanço. “Estamos otimistas, embora não estejamos muito seguros sobre a concretização dessas metas, até porque desconfi-



Luiz Marinho, da CUT



Donizete Fernandes

amos da postura do Poder Judiciário, que tomou decisões contra desapropriações”, afirmou. O dirigente do MST se referia ao caso do gaúcho Alfredo Southall, cuja propriedade, em São Gabriel (RS), foi alvo de disputa judicial com a União, que decretou a desapropriação de 13 mil hectares para quitar dívidas públicas. Mas decisão do Supremo Tribunal Federal, em agosto de 2003, considerou que não foram feitas as vistorias previstas na lei, embora o trabalho dos fiscais tenha sido obstruído pelo próprio fazendeiro.

A União Nacional por Moradias Populares, por sua vez, faz reivindicações para a redução do déficit habitacional. Segundo o coordenador da entidade, Donizete Fernandes, uma saída seria a implementação de políticas



Gilmar Mauro, do MST



Jorge Almeida

públicas de moradia autogestionadas. Ele explicou que os mutirões habitacionais são um avanço de credibilidade do movimento, que precisaria ser implementado no âmbito federal, por meio da destinação de recursos para associações e cooperativas fazerem seus mutirões.

O secretário nacional de Movimentos Populares do PT, Jorge Almeida, defende que os avanços sejam significativos para superar o desemprego e a exclusão social. Para ele, é necessário que haja, por parte do governo, uma política agressiva de incentivo ao mercado interno, com redução dos juros. “Ainda que haja um aumento de 3% a 4% no PIB, isto não terá incidência real sobre o emprego e a renda.”

Longo prazo

A criação de um fundo

de recursos para a moradia representa para os movimentos a definição de uma política nacional para a área, “algo que nunca houve”. “O que há são programas que utilizam recursos do trabalhador pobre, como o FGTS, para atender a classe média, via Caixa Econômica Federal”, avalia Fernandes. O Fundo é o primeiro projeto de iniciativa popular do Brasil, que colheu um milhão de assinaturas.

Os demais movimentos também defendem a definição de políticas a longo prazo. Além de terra e crédito para plantio, o MST tem outras preocupações. Formação, alfabetização e escolarização do trabalhador rural são medidas que, segundo Marinho, terão impacto a longo prazo sobre a vida no campo.

A CUT considera importante uma negociação a longo prazo para o salário mínimo. “Não podemos continuar com aquela ótica do mês de maio, em que toda a sociedade pára para discutir o reajuste e todo ano conseguimos uma migalha que, na maioria das vezes, não cobre nem a inflação,” disse Marinho. Ele acrescenta que não quer forçar um patamar de R\$ 1.436,00, reajuste considerado ideal para o próximo mês de maio, por considerar isto “uma irresponsabilidade”, mas defende a discussão de critérios para a definição de um mínimo para os próximos 15 anos. “Precisamos provocar um choque de distribuição de

renda e fortalecer o mercado interno. O salário mínimo ainda é um dos maiores e melhores indicadores do desenvolvimento econômico e social”, ressaltou.

Mobilizações

Os movimentos sociais têm um calendário de mobilizações em defesa de suas reivindicações, que prevê atividades unificadas “em defesa do trabalho”. As lideranças acreditam que as atividades não têm o mesmo caráter daquelas que ocorriam em governos anteriores, devido à relação franca com o governo Lula. “Não se trata de uma mobilização contra o governo Lula, mas no sentido de colocar a questão do trabalho na ordem do dia”, diz Gilmar Mauro.

A CUT pretende realizar, em maio, manifestações em defesa de um modelo de crescimento econômico. Para o mês seguinte, a entidade está programando iniciar uma série de debates e painéis sobre modelos de desenvolvimento.

A UNMP fará seu encontro nacional entre 22 e 25 de abril, em Nova Iguaçu, com representação de 17 Estados para, entre outras coisas, traçar estratégias para o atendimento de suas reivindicações.

A partir do mês de maio, as entidades ligadas à luta por moradia preparam mobilizações nas principais capitais, visando, principalmente, a aprovação do Fundo Nacional por Moradia Popular.

DOCUMENTO

Partido defende seu capital ético

NOTA CONDENA CAMPANHA DE SETORES DA OPOSIÇÃO PARA ENFRAQUECER O PT

O PT aprovou uma declaração política que conclama toda a militância a defender o patrimônio ético do partido e condena a tentativa de setores da oposição de atacarem o governo como forma de “encontrar atalhos fáceis para o êxito eleitoral nas próximas eleições”.

O documento foi aprovado por consenso durante reunião nacional do PT, no dia 5 de março, que contou com a presença dos integrantes da Comissão Executiva Nacional, presidentes estaduais do PT, coordenadores dos GTEs (Grupos de Trabalho Eleitoral) estaduais, representantes das bancadas parlamentares petistas, prefeitos de capitais e o Fórum Nacional de Vereadores do PT. Leia a íntegra da declaração política aprovada na reunião:

Em defesa do patrimônio ético do PT

1. Desde sua fundação, o Partido dos Trabalhadores tem se destacado no cenário político nacional pela firmeza com que atua na luta em defesa dos direitos sociais e pela afirmação de uma cidadania plena para todos os brasileiros. Ao longo destes 24 anos, nosso partido construiu um sólido patrimônio por dedicar-se em especial à construção de um novo patamar político onde a ética e a moralidade no trato da coisa pública sejam princípios basilares das instituições brasileiras. A atuação do partido à frente das centenas de administrações públicas nos mais variados níveis de poder comprova nossa orientação de construir um novo modelo de gestão pública em que a transparência e a participação popular sejam estimuladas e garantidas na busca do aprimoramento dos gastos públicos.

2. A partir de um fato real e condenável sob todos os aspectos, ocorrido em 2002 — o caso Waldomiro Diniz —, o PT, o companheiro José Dirceu, dirigentes do partido e o governo Lula se tornaram alvos



Reunião ampliada da Comissão Executiva Nacional que aprovou por consenso nota em defesa da ética do PT



Jorge Bittar



Ideli Salvatti



Jorge Viana



Paulo Frateschi

de uma campanha sistemática, orquestrada por setores da oposição e da mídia, visando desconstruir o capital ético e político do PT e enfraquecer o governo. Essa campanha se traduz através de uma onda de denúncias vazias, de boatos infundados e de insinuações incomprovadas, por isso inaceitável. O principal objetivo destes setores da oposição, ao atacarem o governo e o PT, é encontrar atalhos fáceis para o êxito eleitoral nas próximas eleições. Na verdade, o que estamos presenciando é a precipitação da disputa eleitoral de 2004. Para conseguir mais votos, os partidos oposicionistas tentam tirar proveito do momento político para macular a imagem do PT no campo da moral e da ética, justamente onde, reconhecidamente, estamos credenciados por uma longa trajetória de combate sem trégua à corrupção. O PT entende que as eleições

municipais deste ano são estratégicas e por isso conclama seus militantes e filiados para este enfrentamento.

3. O governo Lula agiu de forma rápida demitindo Waldomiro Diniz e adotando todas as medidas para que os fatos sejam investigados e esclarecidos com a transparência que a opinião pública exige e merece. O governo do PT encaminhou o caso para investigação pela Polícia Federal e para o Ministério Público, além de abrir uma sindicância interna para averiguar os atos do ex-assessor. Como em outras ocasiões, onde nos encontramos diante de irregularidades no trato da coisa pública, não iremos tergiversar ante o interesse maior de defender uma conduta adequada e proba para todos os que ocupam postos no aparato estatal. O que não aceitamos é ficar passivos frente à campanha sistemática e orquestrada por se-

tores da oposição e da mídia que pretendem atingir o PT e o governo Lula, usando para tanto os desvios de conduta de um indivíduo que nunca foi filiado ao partido.

4. O episódio deve servir para valorizarmos ainda mais o nosso rigor ético, no sentido de que ele deve servir sempre de critério para as nossas atitudes e ações. Este rigor deve nos levar a ter também mais cuidado na escolha de assessores, até para que não tenhamos de responder por atitudes que não são as nossas. Por isso, coerentes com a resolução do Diretório Nacional, aprovada em dezembro último, que adverte o governo e o próprio Partido sobre os perigos implícitos da corrupção e de possíveis desvios de procedimento no exercício do poder, reiteramos para que todos os petistas mantenham vigilância. Estamos seguros que do ponto de vista político, moral ou

jurídico nosso partido não tem nada a temer. Consideramos inaceitável e repudiamos qualquer tentativa de manipular os fatos com a torpe finalidade de transferir os desvios de conduta de um indivíduo, para o governo, o Ministro José Dirceu e o PT. É público o compromisso do PT por uma profunda reforma política, com financiamento público de campanha e fidelidade partidária. Lutamos pela sua viabilização como uma das nossas prioridades. Assim como lutamos pela reforma com controle externo da administração do Poder Judiciário e do Ministério Público, tendo como um dos objetivos exatamente maior eficiência no combate à corrupção.

5. O PT, coerente com o mandato e a determinação que recebeu do povo, defenderá o governo Lula lutando para realizar os compromissos assumidos na campanha: promo-

ver o desenvolvimento econômico e social com geração de emprego e distribuição de renda, aprofundar o caráter democrático das instituições políticas e das relações sociais promovendo a justiça e a equidade e patrocinar a inserção soberana do Brasil no contexto das relações internacionais. O PT é o partido do crescimento econômico, da distribuição de renda, da geração de emprego e da inclusão social. Vamos trabalhar com afinco para que o governo implemente as medidas necessárias para que 2004 marque o início de um novo e sustentado ciclo de desenvolvimento econômico e social do país, através de mudanças na política econômica necessárias à implantação e consolidação de todos os nossos programas sociais, econômicos e administrativos e de desenvolvimento, visando sempre conquistar melhores condições de vida para todos os brasileiros, enfrentando com eficiência os problemas conjunturais e estruturais que afetam nosso país e nosso povo.

6. Finalizando, conclamamos todos os filiados e militantes do partido para que defendam nosso patrimônio ético e político. Os dirigentes, militantes e simpatizantes do partido devem ter noção das dificuldades e das resistências que o governo Lula, o PT e seus aliados enfrentarão para mudar o Brasil. As mudanças não virão sem lutas e sem batalhas. Devemos estar preparados para enfrentá-las. Os cenários desses embates assumirão várias configurações. No cenário atual, os opositores das mudanças visam macular o patrimônio ético do Partido dos Trabalhadores. Ele é um patrimônio público, da sociedade brasileira, constituído pelas suas lutas. Por isso, o PT deve se orgulhar de sua história. Somos um partido constituído por milhares de pessoas que dedicaram parte de suas vidas para defender aquilo que acreditaram e acreditam ser o bem do povo. Dedicaram parte de suas vidas a construir um Brasil melhor. Renúncias, sacrifícios e conquistas de milhares de militantes e simpatizantes e as esperanças do povo brasileiro nos alimentam nesta caminhada.

Dirceu: ‘Passei os piores momentos de minha vida’

O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, afirmou que passou “um dos piores momentos” de sua vida nos 32 dias que sucederam a publicação de acusações contra seu ex-assessor Waldomiro Diniz. “Não porque estivesse em causa a minha honestidade. Mas, evidentemente, não me conformo com a minha incompetência de não ter me dado conta e não ter resolvido esse problema. Me dói no fundo da alma eu ter sido responsável”, desabafou, ao discursar no Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas do PT, no dia 16 de março, em Brasília.

Dirceu afirmou ter tomado as decisões que considerou mais acertadas — como ir ao Congresso Nacional para fazer uma declaração oficial e depois dar entrevista à revista “Veja”, quando fez as explicações necessárias. “Eu

assumo a responsabilidade de todos os meus atos e por tudo que fiz nesses 30 e tantos dias. Não parei de trabalhar nenhum dia. Mas basta olhar a minha agenda para ver que o presidente Lula, o Planalto, os ministros do Planalto e o governo, todos nós continuamos governando o Brasil e vamos levar o Brasil a um porto seguro. Não nos impressionemos com essa retórica toda que está sendo feita porque ela não corresponde à realidade e à força que o país tem, à coesão do governo, à determinação do presidente e os objetivos que nós temos. Pode demorar mais ou menos tempo. Podemos cometer mais ou menos erros, mas nós vamos cumprir os nossos compromissos com o Brasil e particularmente com vocês e com o PT”, concluiu.

Leia mais sobre o discurso de Dirceu na pág. 6.

PT se solidariza com a Espanha e parabeniza PSOE

O Partido dos Trabalhadores divulgou uma nota de solidariedade ao povo espanhol, que sofreu, no dia 11 de março, o mais brutal ataque terrorista da história da União Européia. Alguns dias depois, diante da vitória do PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) nas urnas, o partido emitiu nova nota, parabenizando o povo espanhol e o PSOE, e afirmando que os resultados da eleição demonstraram “uma resposta ao atual governo que, contra a vontade do povo, apoiou a guerra no Iraque promovida pelos Estados Unidos”. Leia a íntegra das notas:

Nota de solidariedade ao povo espanhol

O Partido dos Trabalhadores (PT) manifesta sua solidariedade ao povo espanhol neste momento de dor, estupefação e indignação ante o inaceitável banho de sangue

que o terrorismo promoveu em Madri. Essa indignação não é apenas do povo espanhol, mas de todas as pessoas e povos do mundo que cultuam o valor da vida como o valor supremo do ser humano e de toda a humanidade.

O PT condena e repudia de forma veemente o terrorismo. Trata-se de uma expressão bárbara da desrazão humana que ceifa a vida de inocentes e que não encontra justificativa em nenhum fim político, religioso, filosófico, nacional, étnico ou econômico.

Estes momentos de fúria destruidora sem sentido devem nos alertar para a importância de valorizarmos os princípios da tolerância, da paz e da busca de soluções democráticas para quaisquer conflitos. Somente assim estaremos cumprindo nossa missão no mundo, que é a de construir patamares cada vez mais elevados de humanismo

e de civilização.

*José Genoino,
presidente nacional do PT*

Nota de congratulações com o povo da Espanha e com o PSOE

Num momento que ainda é de dor e de perplexidade pelos atentados terroristas que vitimaram mais de 200 pessoas em Madri, de várias nacionalidades, inclusive brasileira, o PT não poderia deixar de congratular-se com a atitude da maioria do povo espanhol de conferir significativa vitória ao Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) nas eleições do último dia 14 de março. O PT parabeniza o PSOE e o futuro primeiro-ministro da Espanha José Luis Zapatero pela expressiva vitória.

O PT comunga com a avaliação de todos os analistas de que a atitude do povo espanhol, ao votar no PSOE,

expressa uma resposta ao atual governo que, contra a vontade do povo, apoiou a guerra no Iraque promovida pelos Estados Unidos. O PT deseja que a vitória dos socialistas na Espanha sirva como um momento de reflexão para os líderes mundiais e que seja também uma demonstração de que os povos do mundo todo não querem as guerras e nem o terrorismo.

O combate ao terrorismo é importante. Esta luta exige medidas mais eficazes, e deve ter como base os postulados da democracia e de uma ordem mundial sustentada nos valores da paz, da tolerância e da solidariedade entre povos e nações, objetivando a construção de um mundo mais pacífico, civilizado e humanizado.

*Paulo Delgado,
deputado federal, secretário de
Relações Internacionais do PT
José Genoino,
presidente nacional do PT*

FRENTE MUNICIPALISTA

Prefeitos comemoram conquistas

PARA GESTORES,
GOVERNO LULA
APROXIMOU
OS MUNICÍPIOS
DA UNIÃO

Prefeitos de todo o país se reuniram em Brasília, entre os dias 16 e 18 de março, na 7ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Ao contrário de outras edições do evento, desta vez, a imagem do “pires na mão” deu lugar à de um novo pacto federativo. Foi consenso entre os prefeitos presentes — cerca de 2.500 — que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou um novo modelo de relacionamento entre União e municípios e apresentou resultados práticos.

“A marcha foi um evento de grande mobilização. Representa a construção de um novo municipalismo que quebra a tradição equivocada de que prefeito em Brasília está sempre com pires na mão”, afirmou o coordenador geral da Frente Nacional de Prefeitos, Marcelo Déda, prefeito petista de Aracaju.

Este é também o pensamento dos outros prefeitos petistas, que se reuniram em um encontro nacional de prefeitos e prefeitas do PT simultâneo à marcha. De acordo com o secretário de Assuntos Institucionais do PT, Paulo Ferreira, nunca houve, na história recente do municipalismo brasileiro, uma relação tão qualificada entre União e municípios. Segundo Ferreira,



Mesa do Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas do PT, realizado simultaneamente à 7ª Marcha de Prefeitos



Déda discursa durante abertura da Marcha de Prefeitos



Paulo Ferreira, secretário de Assuntos Institucionais do PT

é inédita a quantidade de demandas atendidas por um governo como as que foram pelo governo Lula (leia abaixo).

A exemplo de 2003, Lula compareceu novamente à marcha deste ano para renovar os compromissos com os prefeitos e com a melhoria das

condições dos municípios (leia à pág. 6). Lula assinou medidas provisórias que beneficiarão municípios com recursos para o transporte escolar e o programa de alfabetização de jovens e adultos.

A instalação do Comitê de Articulação e Pactuação

Federativas — uma demanda da 6ª Marcha — permitiu que o governo passasse a receber as reivindicações dos municípios e discutir as responsabilidades da administração pública de cada ente federado. O comitê funciona como um fórum, onde representantes do

governo federal e das entidades municipalistas passaram a dialogar com a igualdade que a condição de entes federados pressupõe. No ano passado, este fórum foi palco das discussões sobre as reformas tributária e previdenciária e, em 2004, continuarão os de-

bates sobre o artigo 23 da Constituição, que trata das responsabilidades dos entes da federação.

O tema da marcha neste ano foi “A Federação e o Poder Local como Fatores de Desenvolvimento Social e Econômico”. As discussões enfocaram a definição de um novo pacto federativo que equilibre responsabilidades das prefeituras e recursos públicos, para que estas possam assegurar o cumprimento de suas atribuições para com a população e assumir responsabilidades na estratégia de retomada do desenvolvimento econômico.

Para Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios, ainda é preciso avançar no restabelecimento do pacto federativo. “Não é brigar com governadores ou presidentes. O que queremos é a definição das competências de cada ente da federação”, afirmou. Ele citou como conquista dos prefeitos no governo Lula, entre outros, o aumento do Fundo de Participação dos Municípios, o salário-educação e a taxa de iluminação pública.

Os prefeitos entregaram ao presidente Lula uma carta em que registram os avanços conquistados no último ano e listam as principais reivindicações para 2004, que podem ser resumidas em duas dimensões: votação da segunda fase da reforma tributária e apoio à aprovação dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional considerados prioritários pelos municípios.

Entidade dos municípios lista os avanços

A Confederação Nacional dos Municípios, organizadora da 7ª Marcha Nacional dos Municípios, divulgou, às vésperas do evento, um documento que lista os principais compromissos e avanços conquistados pelos municípios desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Os avanços estão, principalmente, na área da Educação, da Saúde e na arrecadação tributária. A seguir, íntegra dos itens listados pela CNM:

1. O governo federal instituiu o Comitê de Articulação e Pactuação Federativas, atendendo a uma solicitação da 6ª Marcha de Prefeitos a Brasília. O órgão reúne as principais entidades municipalistas — CNM, FNP e ABM — para discutir assuntos de interesse dos municípios.

Durante o ano passado, o comitê foi o fórum onde os municípios discutiram as reformas tributária e previdenciária. Durante este ano, continuarão os debates sobre o artigo 23 da Constituição, que trata das responsabilidades e receita dos entes da Federação.

2. O governo federal manteve a arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) com os municípios. O ISS é o principal gerador de arrecadação tributária para os cofres municipais. Em 2002, o ISS arrecadou cerca de R\$8 bilhões para os municípios brasileiros.

3. De acordo com o anúncio feito pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, durante a 6ª Marcha, o governo federal apoiou a aprovação do projeto de lei complementar

116/03, que aumentou o número de itens taxados pelo ISS. Graças à nova lei do ISS, os municípios podem taxar mais de 100 serviços novos que surgiram depois do decreto-lei que regulava o ISS, de 1968.

4. A promessa do [então] ministro da Educação, Cristovam Buarque, de aumentar de R\$ 22,5 para R\$ 50 o valor pago às famílias do Programa Bolsa-Escola foi cumprida com a criação do programa Bolsa Família, que une os quatro benefícios pagos pelo governo federal anteriormente. A média dos benefícios pagos aos 3,6 milhões de famílias inscritas no programa é de R\$ 72.

5. O ministro da Saúde anunciou o aumento de recursos para o programa Saúde da Família, que passam de R\$1,8 bilhão para R\$2,1 bilhões. Com o novo orçamento, os municípios poderão contratar 4.000 médicos, 3.000 dentistas (dobrando o número atual), além de 40 mil novos agentes comunitários.

6. Os municípios inscritos no programa Fome Zero terão dobrados seus recursos para a compra de medicamentos — R\$32 milhões.

7. Os municípios também terão R\$600 milhões para concluir, num prazo de seis meses, obras de saneamento iniciadas pelo projeto Alvorada. Além disso, terão recursos para a compra de veículos e reequipamento das equipes de resgate.

8. O ministério investirá R\$ 152 milhões para aumentar de R\$ 10,5 para R\$12 por habitante o Piso de Atenção Básica (PAB), que serve para a compra de remédios e preven-

ção de doenças. O PAB não era reajustado desde 1998.

9. O ministro das Cidades, Olívio Dutra, garantiu aos prefeitos que o ministério pagará R\$310 milhões em restos a pagar de 2002, que se referem a 1,6 mil obras iniciadas e serviços contratados pelos municípios.

10. O governo federal vai repassar aos municípios 6,25% da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), o imposto dos combustíveis. A divisão da Cide atende a uma importante demanda dos municípios, que possuem mais de 80% da malha viária do país.

11. A reforma cria um fundo que vai destinar recursos aos Estados exportadores a título de compensação pelos produtos exportados com menos impostos. Os municípios desses Estados vão receber 25% do valor total desse fundo.

12. Os deputados aprovaram a regulamentação de alguns pontos positivos para o municipalismo no texto final da reforma, conforme aprovado no Senado. O principal é o aumento no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que vai passar a destinar anualmente R\$ 1 bilhão a mais para garantir que os municípios paguem em dia o 13º salário dos funcionários.

13. Outro ponto que ainda depende de regulamentação é o Fundo de Desenvolvimento Regional. Esse fundo será dividido entre Estados e municípios, principalmente para aqueles das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Estima-se que o valor total do Fundo de Desenvolvimento Regional chegue a R\$2,2 bilhões em 2004.

Carta cumprimenta iniciativas

A Carta da 7ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, aprovada pelos prefeitos e municipalistas brasileiros, reconhece a existência de avanços nas relações com o governo federal em 2003 e cumprimenta o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva “pelo compromisso com o diálogo e com os temas que compuseram a pauta municipalista em 2003”.

Entre as conquistas, as lideranças municipalistas des-

taçam a aprovação da lei que amplia a lista dos serviços tributados pelo ISS; a lei que cria a cota estadual e municipal do salário-educação, com repasse automático dos recursos devidos aos municípios; a lei que regulamentou as competências dos Estados e dos municípios pelo transporte escolar de seus respectivos alunos; os avanços da reforma tributária; a participação na distribuição dos recursos da Cide; e a possibilidade de

transferência de 100% do ITR (Imposto Territorial Rural) aos municípios que se responsabilizarem pela arrecadação desse imposto.

O documento diz ainda que os prefeitos, vereadores e secretários municipais presentes reconhecem que a presença de Lula, de 14 ministros e de parlamentares “construiu um ambiente favorável à afirmação da força do municipalismo e ao fortalecimento do pacto federativo brasileiro.”

Presidente anuncia novas ações

Ao discursar na abertura da marcha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou um pacote de medidas para atender aos municípios. Na área da saúde, será ampliada a estratégia de Saúde da Família para 231 municípios — com população acima de 100 mil habitantes — e incrementado em 50% o valor do incentivo para pequenos municípios (IDH inferior a 0,70), visando contribuir para a permanência dos profissionais nessas localidades. A União também irá financiar a implantação de 3.000 novas equipes de saúde bucal, a compra de equipamentos e insumos para o programa de saúde bucal do Sistema Único de Saúde e o aumento do repasse por equipe.

Educação

Na área da educação, o presidente garantiu um reforço de R\$ 246 milhões para compra e manutenção de trans-



Lula conversa com Paulo Ziulkoski durante a marcha

porte escolar no Brasil. O governo federal repassará aos municípios R\$ 0,38/dia por aluno de ensino fundamental que more ou estude no meio rural, assegurando a conservação dos ônibus escolares. Também será ampliado o Programa Educação de Jovens e Adultos, priorizando os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano.

Para a área de saneamento, foi anunciada a regulamentação da Política Nacional de Saneamento e do marco regulatório do setor, e o programa Pró-Saneamento-2004, que irá contratar investimentos em saneamento ambiental — água, esgoto e resíduos sólidos — em cerca de 500 municípios, envolvendo a aplicação de R\$ 2,98 bilhões.

FRENTE MUNICIPALISTA

Lula renova trato com prefeitos

“OS MUNICÍPIOS NUNCA TIVERAM TANTAS CONQUISTAS COMO AGORA”, AFIRMOU LULA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva renovou seu compromisso com a melhoria das condições dos municípios brasileiros ao participar da abertura da 7ª Marcha dos Prefeitos a Brasília, de 17 a 19 de março. Em seu discurso, o presidente destacou os avanços propiciados pelo governo federal desde a 6ª Marcha, no ano passado, e anunciou novas medidas neste sentido. Lula voltou a pedir que os prefeitos não esqueçam de suas reivindicações e que retornem, no ano que vem, junto com ele, para confirmar os novos avanços.

O presidente afirmou estar mais feliz nesta edição da marcha por estar cumprindo os compromissos que assumiu. “Embora não tenhamos feito tudo aquilo com que vocês sonharam, a verdade é que, em nenhum momento da história deste país, com exceção da época da Constituição de 1988, os prefeitos tiveram tantas conquistas como estão tendo agora”, disse. Ele destacou a criação do Comitê de Articulação Federativa, instalado “para não permitir que nenhum prefeito venha a Brasília e volte para sua cidade sem ser recebido pelo ministro e pelos diretores da Caixa Econômica Federal.” E lembrou da liberação, em dezem-



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursa durante abertura da 7ª Marcha de Prefeitos a Brasília

bro de 2003, de 1,6 bilhão para saneamento básico — contra apenas R\$ 262 milhões liberados em 2002, “dos quais apenas R\$ 19 milhões foram contratados”. “Quando fizemos isso, descobrimos que não tinha governador do meu partido contemplado com a medida, e que a única pessoa do PT premiada foi a prefeita de Campinas”, disse Lula, para deixar claro que seu governo não faz uma política de prioridade eleitoral ou partidária.

“Eu não quero saber de que partido vocês são. Não me interessa saber. Neste ano tem eleição municipal e, a partir de junho, tudo fica mais difícil. Qualquer convênio que a gente venha a fazer poderá

ter problema, qualquer investimento poderá ter exploração, então não poderemos fazer muitos contratos a partir de junho”, continuou.

Lula pretende estabelecer com os prefeitos uma lógica que não implique em fazer promessas que não poderão ser cumpridas. “Em sua consciência, todos vocês sabem que não podem exigir de mim aquilo que, durante anos e anos, não foi feito pelos municípios brasileiros. Mas podem exigir que criemos uma relação honesta, digna e respeitosa entre a federação e os municípios brasileiros.”

Compromisso

Lula disse que fez ques-

tão de participar novamente da marcha este ano para dizer que o tratamento dispensado aos municípios “vai continuar a ser assim”. Lembrando os tempos em que a marcha era recebida “por policiais e cachorros treinados”, Lula ressaltou que a ordem, em seu governo, é o diálogo aberto. “Nenhum ministro tem que deixar de ir a qualquer debate que for convidado.”

O presidente lembrou que vem defendendo, desde 1984 — quando Orestes Quércia coordenava uma frente municipalista em São Paulo —, que o ideal seria que boa parte dos recursos ficasse nos municípios. “É no município que a pessoa mora, trabalha, estuda,

vai ao médico, tem o seu acesso ao lazer. E o prefeito é a figura pública do Executivo mais próxima do munícipe”, afirmou o presidente. Portanto, disse, o poder de pressão da sociedade é muito maior no município, “porque nós temos uma peça da Federação, e essa peça da Federação tem que trabalhar de forma harmônica com as outras peças que dão a sustentação para fazer do Brasil, definitivamente, uma verdadeira Federação.”

Lula acredita que a pactuação de acordo com transferência de recursos diretamente aos municípios para a área da Educação e dos Transportes, por exemplo, é a melhor forma de “fazer as

coisas acontecerem”, evitando, assim, a burocratização do processo.

Rumos do país

O presidente voltou a expressar otimismo com os rumos do país, ressaltando que as bases já estão construídas para que se possa dar o próximo passo. Afirmou que o Brasil está “com todas as condições” para ter um crescimento “se não extraordinário, que nos permita acreditar que será um crescimento sustentável, e que continuará independentemente de quem seja o presidente da República.” Disse que o controle da inflação é “uma obrigação” e o crescimento da economia “um desejo” de todos.

Nesse sentido, afirmou, o governo trabalhou o ano inteiro para construir os projetos de desenvolvimento regional. Lula destacou o PPA (Plano Plurianual), que foi elaborado de forma inédita, com a contribuição de 2.170 entidades da sociedade civil, e que já está no Congresso Nacional para ser votado. E citou também o projeto de Parceria Público-Privada (PPP), os incentivos à construção civil, à habitação e ao saneamento básico. Com essas medidas, o presidente acredita que estará atacando dois índices “precaríssimos” no Brasil: o desemprego e a violência. “Se não resolvermos o problema do emprego, se não investirmos em saneamento, essas pessoas nem terão qualidade de vida nem sairão do fio da navalha para cair na criminalidade.”

Dirceu: Não há oposição no núcleo do governo

Um contundente discurso do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, marcou o Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas do PT, realizado no dia 16 de março, em Brasília. Homenageado ao completar 58 anos naquela data, Dirceu utilizou o microfone por cerca de 30 minutos, durante os quais negou a existência de uma suposta oposição dentro do núcleo do governo às medidas que são tomadas, afirmou que não haverá mudanças na política econômica contra o ministro da Fazenda e apontou a existência de setores que “sonham com desestabilizar governos e colocar o PT, o governo e os aliados na defensiva”.

Para o ministro, há uma tentativa de convencer parcelas da sociedade de que há paralisação no governo. “Isso é bom, porque nos coloca com clareza as tarefas que temos”, afirmou. Segundo ele, a tarefa do PT é garantir a unidade partidária e ser a “força que coesiona os partidos no governo e a maioria da aliança político-partidária, político-parlamentar e político-social”. Já a do governo é continuar a implementar sua agenda, “que ficou evidente depois da reforma ministerial e da integração com o PMDB”. Ele citou como exemplo a política industrial e tecnológica, lançada neste mês, o programa contra o desmatamento da Amazônia, a Lei de Inovações, as agências reguladoras e a proposta de regulação do setor de saneamento.

Além disso, Dirceu destacou os investimentos de R\$ 12

bilhões que estão no Orçamento, os financiamentos da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, os R\$ 47 bilhões do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), os investimentos externos que estão entrando no país e uma política econômica que cria as condições para o desenvolvimento como dados concretos que vão viabilizar a retomada do crescimento econômico no Brasil, além da unificação dos programas sociais e a reorganização do governo na área social com a constituição do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome.

“Nosso projeto não é projeto de poder. O nosso projeto é um projeto para o Brasil que, antes de tudo, é um projeto de desenvolvimento nacional que resgata um projeto nacional. E nós estamos sendo coerentes com isso na política externa. Estamos sendo coerentes com isso no programa de governo. Porque, digam o que digam, depois da eleição do presidente Lula, iniciou-se um processo de recuperação da soberania e afirmativo do Brasil no mundo e iniciou-se um processo de reorganização do Estado brasileiro”, afirmou.

Combatendo intrigas que vêm sendo publicadas pela mídia insistentemente, Dirceu reiterou que não haverá mudança na política econômica contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e afirmou não ser verdade que, no núcleo do governo, existe oposição. “Existe solidariedade, coesão e apoio. Nós debatemos, discutimos, dissentimos e



Dirceu, em reunião de prefeitos do PT; à dir., Genoio o cumprimenta por seu aniversário

fazemos propostas no partido e no governo, e não vamos deixar de fazê-lo. Temos liberdade porque o presidente nos dá e temos liberdade porque o partido tem esse caráter.”

Enfrentamento

O governo tem rumo e tem clareza dos passos que tem que dar, enfatizou o ministro. “Mas quem olha determinado noticiário, quem olha determinado discurso, parece que nós estamos vivendo em outro país. Então, não nos confundamos neste momento.”

Para ele, o momento é de enfrentamento político. “Estamos vivendo a reconstrução da aliança que nos enfrentou em outubro e novembro de 2002. E a principal questão que se coloca, não nos iludamos também, é a eleição de outubro de 2004, é quem vai vencer a eleição de outubro de 2004. Porque, do resultado da eleição de 2004, decide-se a política em 2005 e a antecipação ou não da sucessão presidencial.”

Dirceu entende que o único objetivo dos que tentam desestabilizar o governo ou que sonham em derrotar o PT na eleição de 2004 é de desarrumar a aliança e a política econômica. “É desarrumar o núcleo dirigente do governo, o centro do governo, onde está o centro do planejamento, o centro da coordenação, que é o Palácio do Planalto. Não é a Casa Civil, não é o ministro José Dirceu.”

Ele ressaltou, no entanto, que isso não significa não re-

conhecer os erros e os desafios do governo. “E não significa que o partido não tenha, como vem tendo, um comportamento, do ponto de vista da avaliação da política do governo, crítico e de propostas alternativas, e nem os partidos aliados”, continuou.

Dirceu defendeu que, da mesma forma, é preciso ter clareza que o partido e os militantes do PT no movimento social, popular e sindical têm a tarefa de organizar as demandas sociais e o diálogo.